



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
05/2021

Folha
1

Conselho Estadual de Desburocratização e
Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
11/06/2021

Responsável
Neusa Bueno



VIDEOCONFERÊNCIA - SALA DE GOVERNANÇA DA SPGG, 21º ANDAR DO CAFF

REGISTRO

O **Secretário Claudio Gastal** inicia a reunião cumprimentando todos os Conselheiros e demais presentes nesta videoconferência. Menciona a participação da Prefeita Fátima Daudt de Novo Hamburgo, do Deputado Giuseppe Riesgo o qual falará sobre o Pacote Econômico; o Deputado e Secretário do Desenvolvimento Econômico, Edson Brum; e o Secretário-Chefe da Casa Civil, Artur Lemos, que já participou deste Conselho como Secretário do Meio Ambiente e Infraestrutura, mas hoje como titular e vice-presidente do CEDE. Agradece a presença de todos, informando que teremos uma pauta extensa, demanda pelos Conselheiros, cujas as apresentações destacamos:

- Dra. Melissa G Castello, Procuradora do Estado – CELIC, sobre a Nova Lei de Licitações; externa gratidão pela parceria da Subchefe de Ética, Controle Público e Transparência, Dra. Viviane Migliavacca, do Sr. Felipe Reis da CAGE, na construção deste tema, com a equipe desta SPGG.
- Secretário Artur Lemos e Vice-Presidente, Artur Lemos e o Secretário Edson Brum – Plano Gaúcho de Governança e Integridade e o Pacote de Apoio à Economia, aprovado na Assembleia Legislativa, aproveitando para agradecer o apoio;
- Equipe DescomplicaRS – PL CBM/RS (adequação à Lei de Liberdade Econômica);
- Debates e Encerramento.

Coloca a palavra à disposição para quem quiser fazer alguma colocação e a Sra. Luciane Lewis comunica que está representando o Conselheiro, Secretário Luis da Cunha Lamb por estar em outra agenda. Cita, ainda, a participação do Subsecretário da Receita Estadual da SEFAZ, Sr. Ricardo Neves, da Jane Comunello, chefe de gabinete do Secretário Ronaldo Santini, na Secretaria de Turismo, e o Procurador do Estado, Dr. Tiago Bona, representando a Procuradoria-Geral do Estado.

Sobre a apresentação da Dra. Melissa: Nova Lei de Licitações; esclarece que trata-se de um pleito do Conselheiro Walter Lídio quanto a modernização e desburocratização do processo de aquisições e compras por parte do Estado. Destaca a presença da Prefeita de Novo Hamburgo, Sra. Fátima Daudt e da Secretária de Desenvolvimento Econômico de Novo Hamburgo, Sra. Paraskevi Bessa-Rodrigues. Ao justificar a ausência do Secretário Edson Brum, por estar em agenda no interior do Estado.

Um Sobrevoos sobre a Nova Lei de Licitações 14.133/2021, Dra. Melissa Guimarães Castello, PGE/RS – CELIC/SPGG – O Secretário contextualiza esta apresentação, demanda do Conselheiro Walter Lídio sobre a modernização e desburocratização do processo de aquisições de compras por parte do Estado. Esta pauta está em discussão pelo menos há uns dez anos e foi aprovada com a sanção da Presidência da República, por isso é importante os Conselheiros percebam o que se avançou, todavia, na sua opinião, perdemos a oportunidade de fazer uma revisão maior da Lei de Licitação, mas que progrediu, especialmente, nas compras de tecnologias.

Dra. Melissa Castello selecionou quatro tópicos que entende ser interessante para os Conselheiros:

1. Panorama Geral – as principais mudanças:

- Consolidação e informatização dos processos. Esta Lei, 14.133/20, cria regras uniformes para todo o País, porém, nós do RS, perdemos um pouco da autonomia para legislar. Esta Lei foi publicada dia 1º de abril de 2021, mas se torna obrigatória para todas as licitações, em 2 anos; ou seja partir de 1º de abril de 2023; todas as licitações passam a ser obrigatoriamente por meio eletrônico, sendo que no RS por enquanto está fazendo pelo marco legal anterior, Lei nº 8.666, porque ainda não se adaptou o nosso sistema para o novo marco legal.
- Informatização – os processos passam obrigatoriamente a ser eletrônico e no RS ele já, salvo algumas exceções. Para objetos mais complexos e caros, tinham seções presenciais para abertura dos envelopes



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
05/2021

Folha
2

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
11/06/2021

Responsável
Neusa Bueno

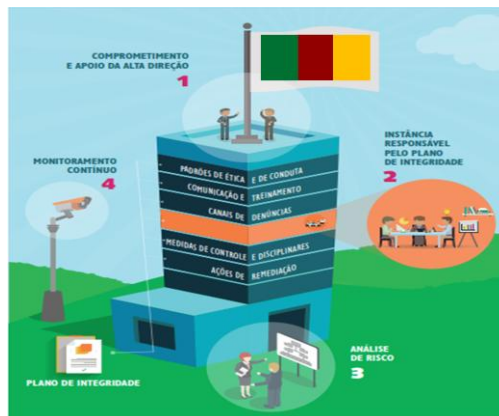


físicos e numerados, mas com a nova lei deixam de existir.

- Portal Nacional de Compras Públicas – porque uma grande mudança no modo de comprar
 - Grande base de dados sobre compras públicas no País
 - Desafio tecnológico
2. Diálogo Competitivo – aquisições mais complexas; é a grande novidade da Lei
 3. Marco legal das startups – nova Lei de 1º de junho e que criou uma nova lei de licitação e aquisições neste âmbito.
 - – aquisições mais complexa; é a grande novidade da Lei

O Secretário Claudio Gastal agradece a apresentação da Dra. Melissa Castello e passa palavra ao Diretor-Presidente da Procergs, José Leal, para relatar um diálogo com o Ministério da Economia sobre o portal de compras, porém, por problemas técnicos, o Secretário Gastal faz o relato que o Ministério da Economia procurou o Governo do Estado para, através da Procergs, sermos parceiros tecnológicos no desenvolvimento do Portal Nacional de Compras e, também, com financiamento do BID. A Procergs analisou a proposta, pois havia uma necessidade de que fosse desenvolvida e entregue até setembro, mas efetivamente em novembro; porém estamos aguardando a posição do Secretário de Gestão, Cristiano Rocha Heckert, para avançar este tema. O próximo item da pauta, Plano Gaúcho de Governança e Integridade, a ser apresentado pelo Secretário-Chefe da Casa Civil, Sr. Artur Lemos, observando que para os parceiros da iniciativa privada é natural e que está sendo realizada uma ação forte juntamente com a Subchefia de Ética, Controle Público e Transparência, liderada pela Dra. Viviane F Magliavacca.

Secretário-Chefe da Casa Civil, Sr. Artur Lemos - Plano Gaúcho de Governança e Integridade – cumprimenta a todos e comunica que estão progredindo neste assunto, pretendem conversar com o Governador para buscar as autorizações necessárias e avançar com uma apresentação para primeira quinzena de junho. Quando assumiu a Casa Civil, foi realizado trabalho para recomposição e fortalecimento da Subchefia de Ética, Controle Público e Transparência. Firmaram um acordo junto à CGU para evoluir com a Secretaria da Educação um Programa de Ética e Cidadania em conjunto com a Fundação Maurício Souza para irradiar nas escolas estaduais e privadas. Resgatar estes pontos com o apoio da Secretaria da Fazenda e menciona a presença do Sr. Felipe Reis, da CAGE, dizendo ser primordial o apoio, uma vez que fazem o controle interno, para avançar no plano gaúcho, somando governança e integridade, tem compreensão que o programa de integridade é uma ferramenta de governança para que se consiga fazer os controles necessários pela prevenção, detecção e a própria remediação se for necessário.



A imagem acima é da CGU; porém informa que estão aguardando autorização para adequar esta imagem a nossa realidade no Estado do RS para partir do que já existe. A Subchefia Jurídica participa da estratégia



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
05/2021

Folha
3

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
11/06/2021

Responsável
Neusa Bueno



nacional de combate à corrupção e lavagem de dinheiro, desde 2014 e integra a Rede de controle da gestão pública, desde 2018. O próximo passo é avançar no **Plano Gaúcho de Governança e Integridade**, tendo como uma grande tarefa os pontos elencados a seguir:

- Decreto a ser editado;
- Suporte da alta administração;
- Atuação transparente;
- Combate à corrupção;
- Campanhas de engajamento;
- Mudança de cultura.

O Secretário Claudio Gastal – agradece a Casa Civil e, em especial a Subchefe Jurídica da Casa Civil, Dra. Maria Patrícia, que tem sido um dos esteios neste processo e nas ações do DescomplicaRS.

O Secretário-Chefe da Casa Civil, Sr. Artur Lemos, comunica que há uma alteração legislativa que está tramitando na Assembleia Legislativa; a reestruturação da Casa Civil, e aproveita para dirigir-se ao representante da AL/RS, presente, para esclarecer que tem um item com um componente importante que é a Subchefia Jurídica e a Legislativa, recaiam a indicação em um Procurador do Estado, justamente porque é uma carreira de Estado, pois sabemos que Governo modifica, mas a parte jurídica e a legislativa, documentos corretos dependem e, por isso, temos essa condição que está tramitando na Assembleia Legislativa e será realizado um trabalho para aprovação na AL RS.

Pacote de Apoio à Economia – O Secretário Gastal passa a palavra para o Secretário Artur Lemos e o Secretário Edison Brum para apresentarem considerações sobre o Pacote apresentado pelo Governador do Estado, alterações legislativas e que contou com várias ações e apoio do CEDE.

Secretário Edison Brum – saúda a todos, especialmente o Deputado Giuseppe Riesgo, e agradece aos colegas da Assembleia Legislativa, pela discussão, pelas Emendas e todo o trabalho que se fez, aprovado e sancionado pelo Governador Eduardo Leite, na semana passada. **Desenvolvimento Econômico como Estratégia de Enfrentamento à Pandemia:** Na questão do Fundopem, estão desburocratizando o acesso e diminuindo o tempo – etapas. Apresenta a Legislação atual e a Proposta de mudança neste incentivo.

1. Reforma Operacional do Fundopem – Fundopem Express;
2. Reforma do PROEDI – Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial.
3. Captação de Recursos do BRDE; PROSUL – Programa de Promoção ao Desenvolvimento Local da Região Sul; PROSUL Emergencial;

Secretário Edison Brum – na questão do Fundopem, visão estratégica, considera importante qual o setor o Estado vai trabalhar para incentivar, pois entende que o setor da indústria química precisa ser incentivado. Continua a apresentação a partir do item sobre gás natural.

4. Marco Legal do Gás Natural – Novo mercado do gás; Consumidor Livre (Concorrência);
5. Pró-Etanol – estímulo à produção;
6. Lei Gaúcha de Inovação – novo marco legal; uma política de estímulo à inovação
7. Medidas Setoriais via ICMS – silos metálicos, resinas; importação no Procam RS – Programa de Incentivos à Cadeia Produtiva de Veículos de Transporte de Carga.;
8. Aquicultura – regular o setor;

O Secretário Claudio Gastal agradece a Procuradora do Estado, Agente Setorial SEDEC, Dra. Marcela Vargas e o Diretor Gustavo Rech de Oliveira, SEADAP SEDEC que trabalharam incansavelmente neste processo do Fundopem RS, quadro do Estado extremamente competentes e a todos os Conselheiros do CEDE, apreciação esta ratificada pelo Secretário Edison Brum quanto à qualidade dos servidores e que a Agente Setorial, Dra. Marcela tem contribuído muito na SEDEC.



ATA DE REUNIÃO

Ata Número

05/2021

Folha

4

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início

10:30

Data da reunião

11/06/2021

Responsável

Neusa Bueno



Deputado Giuseppe Riesgo – cumprimenta o Secretário Edson Brum e a todos presentes; traz uma informação para o CEDE, como convidado deste Conselho, pelo esforço dentro da Assembleia Legislativa, em fazer uma revisão legislativa nas leis do Estado, consolidando legislações que tratam do mesmo tema e num segundo passo revogar normas que sejam prejudiciais ao desenvolvimento econômico do Estado. A Comissão Especial de Revisão Legal, a qual presidiu em 2019, tem alguns encaminhamentos que agora começaram a ter um certo resultado; estão em contato com a Superintendência Legislativa da AL RS com vista a terminar os projetos de leis para consolidação, assim como já levou alguns para o Secretário-Chefe da Casa Civil, Sr. Artur Lemos, para obter o ponto de vista do Governo do Estado para após análise podemos ver alguma iniciativa do Poder Executivo e nas próximas semanas vamos protocolar algum Projeto de Lei de revogação e consolidação com mais de 500 normas do Estado do RS em um só diploma legal. Talvez o impacto econômico não seja tão grande, mas o mais difícil de se fazer é a criação do calendário de eventos, festas, comemorações e datas comemorativas no RS, importantes para as regiões, mas não temos organizado, sistematizados um calendário oficial de eventos. Depois buscamos outros temas como, por exemplo, nomenclatura de rodovias, viadutos, fácil na legislação, mas difícil para o Poder Executivo, para o cidadão que queira buscar essa legislação, se tornar burocrático e demorado. Solicita que no futuro tenhamos uma continuidade nesse projeto, tentarão fazer um Ato na Assembleia do trâmite legislativo dos projetos e caso aprovado o calendário de eventos, enviarão uma sugestão para o Governo do Estado para colocar em seu site ou website para Cultura ou Turismo possa ter interesse. Posteriormente, vamos trazer outros temas, se tudo der certo, a revogação de mais de mil leis no Estado, ao longo dos próximos meses se a AL RS aprovar esse projeto.

Projeto de Lei Corpo Militar de Bombeiros - Lei da Liberdade Econômica – Dr. Tomás Holmer, Coordenador da ASJUD e do DescomplicaRS, refere-se ao pedido de auxílio para Assembleia Legislativa e da sociedade civil, para o PL que altera a legislação do CBM RS com o intuito de aplicar a LLE dentro do CBM RS que é muito importante. Esclarece que o CEDE e o DescomplicaRS vem trabalhando desde o ano passado, porque já havia a legislação federal e depois a estadual, tendo que nos adequarmos, então iniciamos com a adequação das atividades econômicas – dos CNAES nos três órgãos licenciadores do Estado, a Vigilância Sanitária, a FEPAM e o CBM. Em setembro de 2020, foi divulgada tabela com 298 CNAES da CGSIM - Comitê Gestor da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, órgão que regula o registro de abertura de emprego do Ministério da Economia, como atividades de baixo risco. Esta tabela foi analisada nos três órgãos VISA, FEPAM e CBM e foram constatadas apenas 24 CNAES de Baixo Risco, porém, além dos 298 CNAES, foi iniciado um trabalho de análise de todas as atividades econômicas, no total de 1.332, de maio a setembro com os órgãos licenciadores que incluiu as de médio e alto risco. Na VISA, resultou 1.144 de baixo risco, na FEPAM, 970 atividades de baixo risco e no CBM continuamos com nenhuma atividades de baixo risco, porque a legislação não menciona, o que requer seja alterada a legislação do Corpo de Bombeiros que é específica para adequação a Lei de Liberdade Econômica. Para abertura de empresas automatizadas de 5 a 7min no Estado, teríamos apenas 99 atividades, representando, hoje, empresas ativas no RS, apenas 6.808 empresas. O impacto com Projeto de Lei proposto, serão 1109 atividades de baixo risco no CBM e nos três órgãos de licenciamento chegaremos a 732; com as empresas ativas, conforme a Receita Federal, atingiremos 911.158 empresas.

Dra. Maria Patrícia Mollmann, subchefe jurídica da Casa Civil – agradece as palavras do Secretário-Chefe da Casa Civil, Sr. Artur Lemos e do Secretário da SPGG, Sr. Claudio Gastal, com relação ao trabalho no CEDE, os colegas da PGE formam uma rede muito boa que decorre na qualificação do trabalho com todas as especialidades.



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
05/2021

Folha
5

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
11/06/2021

Responsável
Neusa Bueno



- Minuta do Projeto de Lei, tornar as atividades de baixo risco, hoje licenciadas sem vistoria (CLCB), como isentas de licenciamento (hoje seria com uma autodeclaração de enquadramento e medidas de proteção preestabelecidas): hoje, temos um conflito entre a nossa legislação estadual com a federal por não prever as atividades de baixo risco, gerando situações de insegurança na forma como os municípios estão atuando, pois levam em conta a Lei de Liberdade Econômica e não atentam para as normativas estaduais afetando a exigência para o licenciamento do Corpo de Bombeiros para concessão do Alvará Municipal, pois a legislação federal está falando no sentido contrário. Portanto, além da adequação é importante para segurança jurídica do empreendedor.
- Reforço nas normas de fiscalização - HOJE: só lavra auto de infração após primeira notificação com prazo para correção da irregularidade descumprido. PROPOSTA: fiscalização orientativa fique apenas para as atividades de baixo risco para infratores não reincidentes. Os dados de abertura das empresas de baixo risco na JUCIS, com declaração de enquadramento de baixo risco, ficam disponíveis ao CBM, se necessário.

Informa que esta Proposta já foi apresentada ao Conselho Estadual de Segurança, Prevenção e Proteção Contra Incêndio – COESPCCI e se coloca à disposição para sanar dúvidas.

O Secretário Claudio Gastal passa a palavra para o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros RS, Coronel César Eduardo Bonfanti que cumprimenta a todos e ratifica a necessidade de adequação da legislação, pois há vários municípios aplicando a Lei de Liberdade Econômica no Estado, e nós temos ainda a nossa legislação de prevenção atual que estabelecem critérios para pequenas empresas até 200m², assim como a questão da segurança jurídica não só do proprietário como dos Prefeitos que têm necessidade de exigir o documento fornecido pelo CBM que é o órgão que precisa emitir e fiscalizar. Salaria que nenhum estabelecimento estará isento do esquema de prevenção e não se mudará o sistema como o extintor de incêndio, a sinalização, se necessário iluminação e, ainda, treinamento; se mantém em caso de algum incidente ou fiscalização verificar que não foi instalado, o corpo de bombeiros vai notificar, dando um prazo para adequação da legislação. O Secretário Claudio Gastal agradece e passa a palavra para os Conselheiros da Sociedade Civil e demais.

Conselheiro do CEDE, Sr. Daniel Santoro – explica que este Conselho foi dividido em alguns Comitês, o de Governança, que coordena, o Revisão Legal, coordenado pela Dra. Maria Patrícia e o Redesim, coordenado pela Sra. Janaína Zago, do SEBRAE RS e, ainda, foi criado o Comitê da Lei de Liberdade Econômica e que tem uma coogestão da Presidente da JUCIS RS, Sra. Lauren Momback, Sra. Janaína e do Dr. Tomás Holmer, da SPGG. O Projeto da Lei de Liberdade Econômica talvez seja um dos mais importantes para o Rio Grande do Sul, nos últimos tempos; pois estamos tentando fazer a adequação legislativa, inclusive o Deputado Giuseppe Riesgo está conosco e tem acompanhado, federal com a estadual e, acreditamos que os municípios tem interesse, Porto Alegre está avançando nesse sentido. O gargalo deste PL é definitivo para que se possa capturar valor da integração dessa legislação, o valor de segurança está garantido nesta revisão, pois o CBM tem acompanhado todo esse processo e o Comandante Bonfanti tem sido rigoroso, com o nosso apoio. Portanto, será um marco para o Estado, tanto em termos de entrega da legislação, como de formato aprimorado desta normativa pública pela integração dos agentes. Deixa os cumprimentos a todos os órgãos e profissionais envolvidos e pedir auxílio aos colegas da sociedade civil e os aqui presentes para que se faça uma boa condução do tema e com a orientação do Secretário-Chefe da Casa Civil, Sr. Artur, como podemos contribuir para passar na Assembleia Legislativa de maneira fluida, rápida e positiva.

Conselheiro do CEDE, Sr. José Renato Hopf – parabeniza a equipe do DescomplicaRS pelo excelente trabalho junto à FEPAM, VISA e ao CBM RS. Referente ao Projeto de Lei Corpo Militar de Bombeiros, pede



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
05/2021

Folha
6

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
11/06/2021

Responsável
Neusa Bueno



para reforçar que não se terá nenhuma perda na questão da segurança, uma vez que será criado um processo muito bem articulado para que se possa buscar a retomada da economia e do emprego por isso é um projeto do CEDE de extrema importância e que está muito bem estruturado pela equipe do DescomplicaRS – coloca como compromisso dos Conselheiros da Sociedade Civil para apoiar este projeto junto à Assembleia Legislativa do RS.

Conselheiro do CEDE, Sr. Marlos Schmidt – se coloca à disposição, entendendo a importância e prioridade do tema CBM, assim como adicionar que isso é uma mobilização, uma valorização para o empreendedorismo do RS. Também, por haver essa burocracia muitos não se formalizam e acabam fugindo do nosso radar, então, tem uma entrega de formalização dos empreendedores.

Diretor-Superintendente do SEBRAE RS e Conselheiro do CEDE, Sr. André Godoy - diz que, hoje, temos no RS em torno de 1 milhão, cento e setenta e duas mil empresas ativas, 96% são micro e pequenas empresas, o que significa que essas 911 mil cento e cinquenta e oito empresas, que estariam dentro dos 758 CNAEs representam 78% das empresas do Estado do RS. Então, é uma ação que vai trazer um impacto no sentido de estimular esses empreendimentos a operarem regularmente, pois do empreendedores informais, hoje, 74% deles não têm interesse em se formalizar, especialmente, por conta da burocracia, decorrendo em prejuízo para a economia do Estado. O SEBRAE está muito engajado nessa luta e faz um apelo para Assembleia Legislativa para que consiga ver esta questão com atenção e a devida importância que tem para o Estado.

O Secretário, Sr. Claudio Gastal, para complementar a fala do Conselheiro, Sr. André Godoy, parte do mesmo pressuposto do Código Ambiental; adesão e compromisso, ou seja, presunção da boa fé do próprio empresário e responsabilidade frente a esta questão. Agradece a presença Promotor de Justiça do Ministério Público, Dr. Daniel Martini e a sua frequência nas reuniões do CEDE.

Promotor de Justiça do Ministério Público, Dr. Daniel Martini – cumprimenta o Secretário, Sr. Claudio Gastal, o Secretário-Chefe da Casa Civil, Sr. Artur Lemos e demais Conselheiros e convidados. Parabeniza as boas iniciativas e notícias nesta reunião hoje, avanços na comunicação, na transparência e sobre tudo no incentivo para alavancar o desenvolvimento com proposições positivas. Quanto ao SOL – Sistema Online do Corpo de Bombeiros, espera que o Estado e FEPAM, especialmente, consiga desenvolver no seu sistema a possibilidade de os municípios realizarem o seu licenciamento ambiental através do sistema estadual, do SOL, ou seja oferecer um bom trabalho ao cidadão. É uma das bandeiras mais importantes que pode colaborar se colocando o Ministério Público à disposição para uma nova mobilização como foi feita para a Redesim na busca por adesão dos municípios. O seu sonho é que todo o Cidadão, por meio do SOL, possa requerer o licenciamento ambiental sem que precise descobrir qual órgão por uma plataforma única, ainda que tenha que ser adaptado para receber adesão ao licenciamento municipal. Em que pese estar representando o Ministério Público, gostaria de colocar a questão do DETRAN, a polêmica sobre o uso do aplicativo para fazer quitação da taxa de licenciamento ambiental, cujo cidadão teria que pagar o valor de R\$ 50,00; outra situação é que o DETRAN migrou o documento físico para o eletrônico; porém, com o documento físico, para vender o veículo, bastava ir o cidadão, o vendedor, ir a um Cartório reconhecer firma, assim como o comprador, com este documento, na sequência, bastava ir a um CRVA fazer a vistoria e a transferência; agora o documento eletrônico o cidadão precisa ir duas vezes; primeiro ao CRVA para expedição da autorização da transferência e depois ao Cartório, ou seja, o o cidadão agora com o documento eletrônico cujo documento de transferência não pode expedir via site tem que ir ao CRVA pessoalmente ou com procuração e o comprador tem que ir a um Cartório e depois ao CRVA novamente. Por isso, pede licença para trazer esta experiência ao Conselho e



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
05/2021

Folha
7

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início

10:30

Data da reunião

11/06/2021

Responsável
Neusa Bueno



um Grupo de Trabalho e, assim, solicita ao Secretário-Chefe da Casa Civil avaliar os procedimentos que ainda são adotados pelo DETRAN que estão sujeitos a muitas críticas.

O Secretário, Sr. Claudio Gastal concorda que é uma situação inadmissível e delega esta demanda ao Procurador do Estado, Dr. Tiago Bona, Agente Setorial da SPGG .

Prefeita Municipal de Novo Hamburgo, Sra. Fátima Daudt – Coloca a sua experiência como Prefeita reeleita, que veio da iniciativa privada e foi líder empresarial muito anos; gostou muito dos assuntos tratados aqui e que também participa desta reunião a Secretária de Desenvolvimento Econômico, Sra. Paraskevi Bessa Rodrigues. É preciso mudar muitas coisas, tem a angústia de quem foi líder empresarial e hoje tem que explicação aos empresários sobre a burocracia que vivemos. Tem trabalhado muito para reduzir tempo, principalmente, dentro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; tem que haver avanços e que passam por este grupo que está aqui, parabeniza a todos e que podem contar com a Prefeitura. Se dirige ao Conselheiro do CEDE, Sr. André Godoy, informando que, antes de entrar nesta reunião, deu uma entrevista ao SEBRAE sobre o Prêmio Prefeita Empreendedora Nacional que recebeu, agradece por estar participando do CEDE.

Conselheiro do CEDE, Sr. Walter Lídio – Refere-se a todos os assuntos apresentados e que permite sentir uma evolução no nosso Estado e modernização em vários setores, corrobora as colocações dos Conselheiros. No que se refere a Licitação - a nova legislação está menos interessante, no diálogo competitivo, o setor privado já aplica há muito tempo, além do arcabouço jurídico que precisa ser detalhado, existe metodologias que precisam ser desenvolvidas, sugere que a evolução no sistema de licitações do estado do RS seja desenvolvido e/ou detalhado como o que temos na desburocratização, logo, se forme um Comitê Público-Privado para discutir a respeito. Tem vários pontos que a lei abriria oportunidades para tornamos ela mais eficiente e o setor privado é o mais satisfatório em licitações, para o qual poderíamos agregar a nossa experiência. Outro ponto é sobre ética e cidadania é a inserir a sustentabilidade, ensinar o que fazer com o lixo, a água, uma vez que hoje é muito amplo este aspecto e não considerar meio ambiente como algo isolado, faz parte do cidadão moderno, incluindo uma visão de cidadania política e ética. O Secretário, Sr. Claudio Gastal, entende que a ideia de um Comitê público-privado para fazer a discussão de processos e troca de experiência é muito interessante e irá conversar com a Procuradora do Estado, Dra. Melissa Castello e com a Sra. Marina, pois teremos que sustentar este ponto com processo e cultura.

Procurador do Estado e Agente Setorial da SPGG, Dr. Tiago Bona – cumprimenta a todos e para pontuar aspecto trazido pelo Dr. Daniel Martini, com relação a pauta do DETRAN esclarece que desde que entrou no DescomplicaRS foi encaminhada para Coordenação dos Comitês e está sendo acompanhada diretamente por todos os integrantes, bem como pela Coordenadora Setorial do DETRAN, Dra. Alessandra Rossetti Ruoso, que está monitorando o assunto. No mapeamento feito, identificamos, aparentemente, dois gargalos que estão travando o avanço dele: um envolve a parte jurídica e outro a parte técnica, então, o próximo passa é chamar as pessoas envolvidas especificamente com aspecto jurídico para o Comitê Revisão Legal para verificar como auxiliar para destravar este gargalo e na parte técnica, faremos o contato com a Procergs, se for o caso, para identificar qual a dificuldade que estão enfrentando. Não trouxemos uma atualização aqui exatamente porque ainda não temos uma entrega, mas é importante registrar que está sendo tratado nas reuniões internas de trabalho e tem progredido na medida do possível, todavia, nos foi informado que não é uma situação de fácil resolução devido aos dois gargalos já mencionados, por isso estamos mapeando para tentar encontrar a solução.

O Secretário, Sr. Claudio Gastal passa a palavra para o Secretário-Chefe da Casa Civil, Sr. Artur Lemos, para



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
05/2021

Folha
8

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
11/06/2021

Responsável
Neusa Bueno



os assuntos gerais e fazer as considerações aos temas colocados aqui como meio ambiente e demais. Conselheiro Daniel Santoro – pede a palavra para complementar a demanda do DETRAN, dizendo que o Comitê aproveitou a experiência individual para verificar o problema sistêmico, assim, quando isso acontece ele nunca é definitivo em uma única Secretaria ou uma única instância, sempre envolve múltiplos agentes, logo é a grande contribuição deste Conselho. Comunica que a reunião da PROCERGS com o DETRAN já está marcada para próxima semana, portanto, o assunto está evoluindo, tanto este como o do SOL. O assunto só sai do Trello ou da nossa pauta resolvido ou com uma negativa dizendo que não foi possível resolver.

Secretário-Chefe da Casa Civil, Sr. Artur Lemos – nos assuntos gerais, no que concerne ao DETRAN tem uma proposta do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Gabriel Souza, da criação através de Lei de Desburocratização do DETRAN RS, porém disse que não haveria necessidade e que irá trazer para o escopo do CEDE para discussão de algumas frentes do DETRAN e acredita que será abarcado o ponto que o Dr. Daniel Martini trouxe. Respondendo às manifestações, para o Dr. Daniel Martini, participa que continua sendo uma meta da Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura para que os municípios possam ter acesso ao SOL para fazer os seus licenciamentos; pois já está sendo desenvolvidos, dos onze sites que estão trabalhando e já estão no quinto passando para o sexto avançando, inclusive nos termos de compromisso assinados com repasse da PCFA, para os municípios que querem receber este repasse tem uma cláusula dizendo que terão que aderir ao Sistema Online de Licenciamento quando estiver disponível. Quanto a sugestão do Conselheiro Walter Lídio, expõe que esta semana será lançado o Programa de Educação Ambiental Colaborativa, esforços da gestão privada com a pública e, com certeza, a temática será centrada nas escolas, na parte da sustentabilidade. No próprio Programa de Integridade e Governança, terá esses componentes e, finalmente, o Programa de Ética e Cidadania que se chama “Um por todos e todos por Um” tem um módulo específico de sustentabilidade que segue esta linha, para que se consiga reeducar os adultos e educar as nossas crianças.

O Secretário Claudio Gastal – antes de encerrar a reunião, coloca o primeiro ponto que é a questão do CEDE/DescomplicaRS foi selecionado no Prêmio Innovare para a próxima fase, no Conselho Nacional de Justiça, junto com todos os atores aqui que é a fase de entrevistas e análise das ações, quem sabe podemos ter um destaque em nível nacional; uma vez que já tivemos benchmark em outros Estados, como Mato Grosso do Sul, Goiás, Rio de Janeiro os quais têm buscado aqui a nossa prática. O segundo ponto, trata-se de uma decisão do Comitê de Governança para alterar o dia das reuniões deste Conselho, de sexta-feira para a primeira quarta-feira do mês, devido a dificuldade na agenda de alguns participantes e convidados, portanto, a próxima reunião do mês de julho será no dia 07, quarta-feira. Agradece a todos e comunica que estão registrados os tópicos tratados sobre o SOL no meio ambiente, Detran, a sugestão da criação de um Comitê Público-Privado, finalizando a revisão da Lei de Liberdade Econômica, inclusive manteremos a todos informados para apoio na AL RS, agradece a participação da Prefeita Fátima Daudt, assim como Novo Hamburgo, outros municípios têm participado deste Conselho, que tem se tornado um grande ativo para o Executivo, amplo espaço de debate público-privado de compreensão das diferenças dos vários atores e perspectivas que tratam dos temas desburocratização e empreendedorismo, com objetivo maior que é o cidadão, empresário, micro e pequena empresa, trabalhador e todo gaúcho e gaúcha. Agradece a participação de todos e dá por encerrada a reunião.

ENCAMINHAMENTOS

- DETRAN RS - o Secretário, Sr. Claudio Gastal concorda que é uma situação inadmissível e delega esta demanda ao Procurador do Estado, Dr. Tiago Bona, Agente Setorial da SPGG .



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
05/2021

Folha
9

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
11/06/2021

Responsável
Neusa Bueno



- Sugestão do Conselheiro Walter Lídio - o Secretário, Sr. Claudio Gastal, entende que a ideia de um Comitê público-privado para fazer a discussão de processos e troca de experiência é muito interessante e irá conversar com a Procuradora do Estado, Dra. Melissa Castello e com a Sra. Marina, pois teremos que sustentar este ponto com processo e cultura.
- Secretário-Chefe da Casa Civil, Sr. Artur Lemos –no que concerne ao DETRAN tem uma proposta do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Gabriel Souza, da criação através de Lei de Desburocratização do DETRAN RS, porém disse que não haveria necessidade e que irá trazer para o escopo do CEDE para discussão de algumas frentes do DETRAN e acredita que será abarcado o ponto que o Dr. Daniel Martini trouxe.

CONSELHEIROS DO CEDE
SPGG RS – SECRETÁRIO CLAUDIO GASTAL
SPGG RS – SECRETÁRIA-ADJUNTA IZABEL MATTE
CASA CIVIL – SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL ARTUR LEMOS JÚNIOR
SEFAZ RS – SECRETÁRIO MARCO AURÉLIO CARDOSO
SETUR RS – SECRETÁRIO RONALDO SANTINI
SEDEC – SECRETÁRIO EDSON BRUM
SICT RS – SECRETÁRIO LUIS DA CUNHA LAMB
PGE RS – PROCURADOR-GERAL EDUARDO CUNHA DA COSTA
SEBRAE RS – DIRETOR-SUPERINTENDENTE ANDRÉ VANONI DE GODOY
CONSELHEIROS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
DANIEL SANTORO
ELIS RADMAN
JOSÉ RENATO S HOPF
LEONARDO LAMACHIA
MARLOS SCHMIDT
WALTER LÍDIO
PROJETO DESCOMPLICA RS – COORDENADORIA
SPGG RS/ASJUD - TOMÁS HOLMER
PGE RS/AGENTE SETORIAL - TIAGO BONA
PROJETO DESCOMPLICA RS – ASSESSORIA
SPGG RS/ASJUD – MAGNUM ELTZ
SPGG RS/ASJUD – NEUSA BEATRIZ P BUENO